

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DA FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL

Lara Neri Prates¹, Sandra Márcia Campos Pereira²

¹Discente do Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGEn), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista,

²Docente do Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGEn), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo discutir a influência da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal na produção de política pública para Educação Infantil. Por meio de uma revisão sistemática de literatura, a pesquisa se orienta pela seguinte questão de pesquisa: qual a influência da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal na produção de política pública para Educação Infantil? Apresento as dissertações, teses e periódicos que tratam da temática, entre 2007 e 2024, analisando a importância das políticas públicas para a sociedade e como a referida fundação influencia na elaboração de tais políticas sociais, contrapondo-se a toda a discussão e importância social da educação para a sociedade, transferindo responsabilidade para o setor privado, do que deveria ser público. Concluo que as intencionalidades propaladas não convergem as preocupações com a educação pública na Educação Infantil, nem com a formação de cidadãos além de priorizar o individualismo do sujeito em formação, fator que limita sua percepção para as questões mais amplas determinantes para a realidade contemporânea. Analiso a necessidade de mais produções acadêmicas que versam sobre tal temática, principalmente a atuação da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, no Brasil, pois a Educação Infantil é um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao investir nesse primeiro momento da vida das crianças, estamos construindo as bases para um futuro igualitário e promissor.

Palavras-chave: Educação Infantil; Política - Pública; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Introdução

A Educação Infantil é uma etapa fundamental no processo de aprendizagem das crianças, e políticas públicas nessa área são essenciais para garantir o acesso e a qualidade desse atendimento. Esta etapa da educação que engloba crianças de 0 a 5 anos, é fundamental para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico das crianças e a literatura educacional tem mostrado que a primeira infância é uma fase determinante para o desenvolvimento humano, e, por isso, políticas públicas focadas nessa etapa são cruciais.

Segundo Cerisara (1999), nas duas últimas décadas do século XX a Educação Infantil assumiu um trabalho com pautas pedagógicas intencionais e sistematizadas, com a finalidade de garantir os direitos fundamentais das crianças na perspectiva da formação voltada para as diferentes dimensões humanas. Assim, este resumo tem por objetivo, identificar e mapear trabalhos encontrados na literatura acadêmica existentes dedicados ao estudo da política pública na Educação Infantil, e considerando estes aspectos, neste resumo a análise será sobre a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) pois faz-se necessário um estudo desta instituição e sua relação com a educação básica pública no Brasil.

Para tal, realizamos mapeamento em bancos de teses, dissertações e periódicos, buscando sopesar o que se tem pesquisado sobre tal temática na área educacional. E, para essa discussão, organizamos o texto em dois momentos, sendo que no primeiro discutimos os procedimentos metodológicos adotados, na sequência é feita uma exposição apresentando o *corpus* da pesquisa e as análises desenvolvidas. Finalizamos o texto com algumas considerações e reflexões que objetivam subsidiar novas investigações e diálogos.

Metodologia

De abordagem qualitativa, este texto é uma revisão sistemática de literatura (RSL). A RSL, é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado assunto. Tal investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada. A revisão sistemática de literatura é conceituada por Sampaio e Mancini como:

[...] particularmente úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinada intervenção, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras (Sampaio e Mancini, 2007, p. 84).

Este trabalho tem por objetivo discutir a influência da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) na produção de política pública para Educação Infantil. Apresenta como questão de

pesquisa: qual a influência da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal na produção de política pública para Educação Infantil? Após esta definição do problema, foi realizado o protocolo de investigação, definindo o passo a passo que conduziu a busca e análise dos documentos coletados.

Assim, definimos como critérios de inclusão: ser artigo, dissertação ou tese publicados e disponíveis em bases de dados digitais, estas bases de dados foram escolhidas por serem as principais bases científicas da área de estudo e por estarem disponíveis digitalmente. São elas: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; Portal de Periódicos da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Produções que permitissem baixar, ter sido publicado em português e que estas sejam produções bibliográficas de 2007 a agosto de 2024, pois a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, apenas em 2007, começou a produzir material relacionado a primeira infância. Tratar de política pública no Brasil, com enfoque na modalidade de Educação Infantil e versar sobre a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, na área de conhecimento em Educação. Como critério de exclusão, foram desconsiderados teses, dissertações e artigos sobre Educação Infantil que não estavam diretamente relacionadas a FMCSV.

Para a pesquisa dos referidos trabalhos na base de dados da CAPES e da BDTD, utilizamos as palavras-chaves “política - pública”, “Educação Infantil”, “Fundação Maria Cecília Souto Vidigal”, com recorte temporal de 2007 a 2024. Encontramos um trabalho na CAPES, dissertação. Na base da BDTD, encontramos cinco trabalhos sendo, quatro dissertações e uma tese. Ao realizar a leitura dos títulos, palavras-chaves e resumos destes, optamos pela exclusão de um trabalho que não estava relacionados a área de Educação e três que não tinham em evidência a FMCSV. Na base de dados da CAPES Periódicos utilizamos as palavras-chaves “Educação Infantil *and* “Fundação Maria Cecília Souto Vidigal”, na área de ciências humanas, com recorte temporal de 2007 a 2024. Nesta base de dados encontramos cinco trabalhos. Realizamos a leitura dos títulos e das palavras-chaves. Decidimos que um dos artigos encontrados na CAPES Periódicos seria excluído, por ser um recorte de uma dissertação já incluída na CAPES Teses e Dissertações. Com este procedimento chegamos a um conjunto de seis trabalhos, para análise. Foram realizadas leituras e análise de todos os trabalhos, construído um quadro com as conclusões, e elaborado o texto que apresentamos a seguir.

Resultados e discussão

A concepção de infância no Brasil sofreu profundas transformações ao longo dos séculos, moldada por fatores sociais, culturais, econômicos e políticos. Até o século XVIII, a infância não era vista como uma fase distinta da vida adulta, e sim como um adulto em tamanho menor, como destaca Ariès (1981, p.156), “o sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia.” Crianças, eram frequentemente utilizadas como mão de obra nas lavouras, minas e atividades domésticas as condições de vida eram precárias, levando a altas taxas de mortalidade infantil e o acesso à educação era limitado e privilégio de poucos, principalmente da elite colonial. Em meados do século XVIII, o padrão burguês “de ser” se disseminou na sociedade ocidental, mas para a constituição e legitimação de uma nova ordem social se fazia necessária uma nova forma de conceber o ser humano. Neste contexto, o discurso científico médico surge focalizando a infância como uma importante fase do desenvolvimento humano e, com isso, outorga à criança papel de destaque na constituição social e familiar. A criança, assim, passa a ser vista como um ser que deveria ser educado para desenvolver toda a “potencialidade humana”. Nesse período, após os jardins de infância privados, também foram inaugurados jardins de infância públicos, mas as crianças atendidas continuavam sendo das classes mais favorecidas economicamente. Nesse processo, é possível verificar que o Estado se responsabilizou de maneiras distintas, ou seja, em relação às crianças pobres, a parceria entre Estado e instituições e organizações filantrópicas era predominante, diferentemente dos jardins de infância públicos que ficavam sob responsabilização do Estado.

O fato do papel social, ou seja, da concepção de criança na sociedade ter mudado - em decorrência das mudanças na própria estrutura social - fez com que o Estado assumisse, por meio de políticas públicas, responsabilidades para com a criança e sua educação. Essa conquista teve conexão com as demais esferas sociais como a família, a escola e a sociedade. Uma dessas conexões refere-se à educação sistematizada como ação política. Conforme nos afirma Abramowicz:

A criança e a infância, que vão sendo produzidas e configuradas, constituindo-se em categorias sociais, vêm sendo compreendidas, ao mesmo tempo, como algo que deve ser preservado das ameaças e também passa a ser ameaçador: a criança ora é pura, ora é pecadora; deve ser protegida e deve ter deveres; de toda maneira, sempre deve ser educada[...] (Abramowicz, 2003, p.16).

Sem pormenorizar, ao estabelecer a Educação Infantil como direito das crianças e primeira etapa da Educação Básica, a Constituição Federal de 1988 incorporou ao sistema de ensino as creches e pré-escolas, estabelecendo como dever do Estado e como competência dos municípios o

atendimento, com qualidade, das crianças na faixa etária de zero a cinco anos de idade, em colaboração com os estados e a União. Mas, ao nos aproximarmos do tema da qualidade na educação, verificamos que diversos sujeitos sociais, sobretudo ligados ao terceiro setor, vêm disseminando suas proposições sobre educação de qualidade. A tarefa de execução das políticas públicas é repassada para a sociedade civil, em nome da participação e democratização da educação. A democracia concebida aqui se dá na defesa do terceiro setor na execução de tarefas que deveriam ser do Estado, principalmente no que tange às políticas sociais, o que não difere da proposta de neoliberal. (PERONI, 2011).

Pautado na observação de que a orientação de políticas públicas para a primeira infância, em especial para a Educação Infantil, tem sido realizada não apenas pelo Estado, mas também por orientações emanadas por organismos internacionais e, no caso específico do Brasil, nos últimos anos, por um crescente envolvimento de fundações privadas. Dentre elas, destaca-se a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, que em seu site apresenta diversos guias, relatórios e diretrizes dedicados as políticas públicas na Educação Infantil do Brasil.

Dessarte, apresentamos os trabalhos analisados, indicando cada um dos textos com as letras EI acrescidos de um número sequencial, para facilitar a descrição e identificação destes, e a conclusão apresentada por seus autores: EI1¹ aponta que a Fundação se aproxima de uma concepção de papel do Estado na lógica do projeto da Terceira Via, bem como de uma concepção de desenvolvimento infantil, de função da educação. Estas concepções nos revelam que a Fundação vem ressignificando, entre outros conceitos, o próprio conceito de gestão democrática na Educação Infantil. EI2² Constata a que a FMCSV atua no âmbito da privatização exógena e endógena, disseminando receituários de educação, concebidos a partir dos princípios da eficiência e da eficácia, como oportunidades de lucro imediato por meio do investimento na mão de obra futura. EI3³ conclui que as intencionalidades propaladas não convergem com as preocupações sobre a qualidade do atendimento educativo que será oferecido nem com o nível de formação dos que estiverem envolvidos em sua consecução, muito menos com as características específicas do

¹ Sasson, Melissa Daiane Hans. Políticas públicas de educação para a primeira infância: concepções do papel do Estado e do desenvolvimento infantil difundidas pela fundação Maria Cecília Souto Vidigal. 2018.

² Bortot, C. M.; Scaff, E. A. da S. O empresariado social na construção de uma agenda de ações de qualidade para a educação infantil brasileira. 2020.

³ Bortot, C. M.; Scaff, E. A. da S. O direito à qualidade da/na educação infantil: entre a Maximização do direito e as intencionalidades do Privado. 2020.

contexto brasileiro. A dissertação EI4⁴ Conclui que a proposta de formação do “Movimento pela Base” para a educação escolar na Educação Infantil esvazia o trabalho do professor, além de priorizar o individualismo do sujeito em formação, fator que limita sua percepção para as questões mais amplas, as quais envolvem a dinâmica do trabalho educativo, a coletividade e as relações históricas construídas, determinantes para a realidade contemporânea. O artigo, EI5⁵ aponta que as três ações, direcionadas a docentes e gestoras/es da Educação Infantil, visaram fortalecer uma cultura de adesão à lógica da Base Nacional Curricular, secundarizando as demandas postas pela pandemia para a primeira etapa da Educação Básica no período investigado. EI6⁶ indica que existe um movimento transnacional em relação às políticas educacionais e que os conceitos difundidos pela Fundação em análise coadunam-se com os defendidos pelos teóricos da Terceira Via, revelando a emergência dos denominados “empreendimentos sociais”, compondo a “nova filantropia”.

Conclusões

É necessário destacar a importância da Educação Infantil na educação brasileira e a crescente necessidade de políticas públicas que atendam a faixa etária de zero a cinco anos de idade, refletindo sobre a influência da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, para a construção e adequação destas políticas em nossa sociedade. Concluo, que as intencionalidades propaladas por tal fundação não convergem as preocupações com a educação pública na Educação Infantil, nem com a formação de cidadãos. É importante assinalar a indigência de avançar nos estudos e produções acadêmicas acerca da atuação da FMCSV, e sua interferência nas políticas educacionais, não de modo direto, mas via disseminação de conceitos, concepções e por meio de subsídios teóricos, via pesquisas, guias e diretrizes que acabam por estabelecer padrões de sociedade e de “boa” educação. Assim, faz-se premente as discussões da política - pública para a Educação Infantil, visto que, esta etapa é um elemento-chave na luta contra a exclusão social e na promoção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

Referências

⁴ Volpin, Gizeli Beatriz Camilo A proposta do "movimento pela base" para a formação de professores na educação infantil : uma análise à luz da Pedagogia histórico-crítica. 2022.

⁵ FLORES, Maria Luiza Rodrigues; ALBUQUERQUE, Simone Santos de; SILVA, Denise Madeira de Castro e. Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil: a atuação de uma fundação privada no contexto da pandemia. 2023.

⁶ HANS SASSON, M. D. ; CAMPOS, Rosânia . A "aposta na primeira infância" e a atuação da nova filantropia social. REVISTA E-CURRICULUM (PUCSP) , 2023.

ABRAMOWICZ, Anete. **O direito das crianças à educação infantil. Pro-Posições**, Campinas, SP, 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643858>. Acesso em: 16 nov. 2024

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

Bortot, C. M.; Scaff, E. A. da S. **O direito à qualidade da/na educação infantil: entre a Maximização do direito e as intencionalidades do Privado**. 2020.

Bortot, C. M.; Scaff, E. A. da S. **O empresariado social na construção de uma agenda de ações de qualidade para a educação infantil brasileira**. 2020.

Cerizara, A. B. (1999). **Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil?**. *Perspectiva*, 17(1), 11–22. <https://doi.org/10.5007/%x>.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues; ALBUQUERQUE, Simone Santos de; SILVA, Denise Madeira de Castro e. **Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil: a atuação de uma fundação privada no contexto da pandemia**. *Currículo Sem Fronteira*, v. 23, p. 01-28, 2023. Disponível em: <<http://curriculosemfronteiras.org/vol23articles/1134.pdf>>.

HANS SASSON, M. D. ; CAMPOS, Rosânia . **A "aposta na primeira infância" e a atuação da nova filantropia social**. *REVISTA E-CURRICULUM (PUCSP)* , 2023.

PERONI, Vera Maria Vidal. Mudanças no papel do Estado e políticas Públicas de educação: notas sobre a relação público/privado. In: PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José. **Políticas educacionais em tempos de redefinições no papel do Estado**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Gráfica e Editora UFPEL, 2011.

Sampaio, RF; Mancini, MC. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica** *Revista Brasileira de Fisioterapia*, vol. 11, núm. 1, enero-febrero, 2007, pp. 83-89 Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Fisioterapia São Carlos, Brasil.

Sasson, Melissa Daiane Hans. **Políticas públicas de educação para a primeira infância: concepções do papel do Estado e do desenvolvimento infantil difundidas pela fundação Maria Cecília Souto Vidigal**. 2018.

Volpin, Gizeli Beatriz Camilo **A proposta do "movimento pela base" para a formação de professores na educação infantil: uma análise à luz da Pedagogia histórico-crítica**. 2022.